



JUDICIÁRIO

Voto contra o Fundo Eleitoral de R\$ 4,9 bi

Relator da ação do Novo no Supremo, ministro André Mendonça defende valor de R\$ 2,1 bilhões, reajustado pela inflação

» LUANA PATRIOLINO

Indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), o ministro André Mendonça votou pela redução do Fundo Eleitoral de R\$ 4,9 bilhões, aprovado pelo Congresso no ano passado. O magistrado defendeu que o montante seja o mesmo do estabelecido para o pleito de 2020, ou seja, R\$ 2,1 bilhões, corrigido pela inflação. O julgamento teve início ontem e será retomado hoje.

A ação foi proposta pelo partido Novo. A legenda argumentou que a emenda parlamentar à Lei Orçamentária, no trecho referente ao **fundo eleitoral**, deve ser derrubada por ter alterado uma proposta de competência exclusiva do Poder Executivo. As sugestões orçamentárias só podem ser feitas pelo governo federal. Com isso, a sigla afirma que a atuação do Congresso na redação do texto desvirtuou o que definiram os ministérios na elaboração do projeto, gerando o chamado "vício de iniciativa".

No final do ano passado, Bolsonaro chegou a vetar a emenda do Congresso na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabeleceu repasses de R\$ 5,7 bilhões ao "fundão" deste ano. O veto, no entanto, foi derrubado em manobra conjunta de governistas e opositores. Após serem alvo de repúdio público, os parlamentares reduziram o valor para R\$ 4,9 bilhões na votação final da LOA.

Prudência

Para Mendonça, é prudente derrubar o valor do fundo, "sob pena de frustrar-se a legítima confiança em torno do pleito eleitoral". O ministro defendeu "que os planejamentos orçamentários partidários sejam realizados com o valor mais realista a ser dedicado ao fundo eleitoral". Ainda segundo o relator, precedentes do Supremo permitem concluir que a norma vigente não atende ao princípio da proporcionalidade.

"Constato que o aumento do Fundo Eleitoral numa ordem de grandeza superior até mesmo a 200% em relação às eleições de 2020 possui o condão de afrontar a igualdade de chances entre candidatos, bem como impacta

Anos de campanha

O fundo eleitoral foi criado em 2017 como alternativa à proibição do financiamento privado de campanha. Ao contrário do fundo partidário, que é pago mensalmente às legendas, o fundo eleitoral é distribuído apenas em anos de campanha.

a normalidade do processo eleitoral como um todo, assim como não se encontra suficientemente justificada a sua motivação", sustentou Mendonça, o único a votar ontem. "Não vejo justificativa para considerar proporcional um aumento em relação à inflação em 10 vezes."

O magistrado ainda citou a pandemia de covid-19 como demanda prioritária para o país. "Nós temos assistindo, há dois anos, a dificuldade na gestão dos recursos públicos em razão da crise de saúde pública", ressaltou.

Além de apontar a possibilidade de desvirtuamento das eleições, Mendonça apresentou outros pontos de atenção relacionados à proximidade da data do primeiro turno e à possibilidade de deputados migrarem de partido em busca dos recursos do Fundão. Segundo o ministro, essas circunstâncias "caracterizam a conveniência da suspensão do dispositivo impugnado e o perigo de dano irreparável ou de difícil recuperação".

No processo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu que a medida é legítima. "É necessário que fique claro que o Poder Legislativo, na condição de representante da vontade popular, dimensionou as necessidades de financiamento para a campanha eleitoral das eleições gerais de 2022", frisou.

A Procuradoria-Geral da República também argumentou ser legal a mudança. "A emenda não afronta o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, visto que o plano trata do financiamento dos programas de duração continuada, enquanto as despesas do fundo eleitoral só ocorrem em anos de eleições", afirmou a manifestação do procurador-geral da República, Augusto Aras. (Com Agência Estado)

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Mendonça disse ser prudente derrubar o valor do Fundão, "sob pena de frustrar-se a legítima confiança em torno do pleito eleitoral"

Suspeita em viagem de Carlos Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou à Procuradoria-Geral da República (PGR) um pedido de investigação sobre a presença do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos -RJ) e do assessor Tercio Arnaud na comitiva da viagem do presidente Jair Bolsonaro (PL) à Rússia. O **Correio** revelou a agenda secreta do filho 02 do chefe do Executivo.

Segundo apuração do *Blog do Vicente*, há suspeitas de conversas intensas entre Carlos Bolsonaro e hackers especializados em disseminação de notícias falsas. A viagem do presidente ao país ocorreu entre 14 e 16 de fevereiro. O vereador teria embarcado dias antes.



Fica o questionamento óbvio: qual a verdadeira razão para uma viagem à Rússia em momento internacional tão delicado, com uma comitiva sui generis, com ausência de ministros e a presença de numerosos integrantes de seu gabinete do ódio, e no início do ano eleitoral?"

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), senador

A decisão de Moraes atende a uma solicitação do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O pedido do parlamentar foi apresentado no âmbito do inquérito que investiga a atuação de

milícias digitais voltadas a ataques ao sistema democrático e às instituições.

"Os planos do presidente Jair Bolsonaro parecem cada vez mais claros, não sendo demais

inquirir os reais interesses dessa agenda. Assim, fica o questionamento óbvio: qual a verdadeira razão para uma viagem à Rússia em momento internacional tão delicado, com uma comitiva sui generis, com ausência de ministros e a presença de numerosos integrantes de seu gabinete do ódio, e no início do ano eleitoral?", argumentou Randolfe.

Carlos Bolsonaro está encarregado da campanha à reeleição do pai nas redes sociais. Ele conta com a ajuda do assessor especial da Presidência Tercio Arnaud, integrante do chamado gabinete do ódio. Agora, caberá à PGR avaliar se há elementos para abrir uma investigação. (LP)

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Fachin: "As eleições não constituem um processo sem lei"

TSE pode impor limite a aplicativos

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, afirmou, ontem, que a segurança das eleições é prioridade durante o seu mandato. Ele destacou que a Corte está preparada para agir em cenários extremos e que poderá impor limites às redes sociais que não se comprometerem em combater a desinformação.

A respeito do Telegram, uma das únicas plataformas que não firmaram acordo com o TSE para banir fake news e disseminação de ódio, Fachin afirmou que continua tentando diálogo com a rede, mas não descarta uma eventual suspensão do aplicativo, em caso de violação da Constituição.

"Nós estamos, já há algum tempo, procurando o diálogo. Iremos continuar procurando por mais um tempo. Mas nisso, sendo uma busca infrutífera, vamos dar mais um passo", frisou.

"As eleições não constituem um processo sem lei. Elas têm regulamentos e princípios, feitos pelo legislador. Nós, juízes eleitorais, aplicamos essa regra. Nós não participamos do jogo."

O magistrado citou o exemplo da Alemanha, que ameaçou aplicar multas ao Telegram em toda a União Europeia, além da suspensão do aplicativo no país. Por temor de retaliação, representantes da empresa se sentaram com as autoridades alemãs para firmar um acordo que atendesse ambas as partes. Nesta semana, o embaixador alemão, Heiko Thoms, ofereceu ajuda ao TSE para lidar com a plataforma.

Perguntado sobre a postura do presidente Jair Bolsonaro (PL), Iremos afirmar que não vai aceitar o resultado das eleições caso seja derrotado, Fachin enfatizou a segurança das urnas eletrônicas e

criticou os discursos do chefe do Executivo e de apoiadores contra o sistema eleitoral.

"Evidente que a insatisfação com o resultado na ambiência da democracia não só é compreensível, como, a rigor, faz parte de uma manifestação política, porque a derrota de hoje pode ser a vitória de amanhã", ressaltou. "Todavia, não pode, em nosso modo de ver, alegar uma contaminação da insatisfação da eleição dentro do processo eleitoral confiável e seguro."

Fachin afirmou que a Corte teme atos de violência durante as eleições. Segundo o ministro, uma série de reuniões está agendada com órgãos de segurança pública e autoridades para tratar do tema. "Já na sexta-feira (amanhã), vou conversar com o ministro da Justiça, Anderson Torres, para tratar desse assunto. Existe, sim, uma preocupação com

a segurança das eleições e de todos os atores políticos e até atores não políticos, como os magistrados", ressaltou.

"Fraudável"

Ontem, Bolsonaro voltou aos ataques ao Judiciário, sem citar nomes. "Nós precisamos de paz para ter liberdade. Não vai ser o chefe do Executivo que vai jogar fora das quatro linhas (da Constituição), mas, por favor, dois ou três no Brasil, não estiquem essa corda", enfatizou.

Ele afirmou novamente que o sistema eleitoral é "fraudável" e defendeu o voto impresso. "Não é que não vamos resistir. É que não vamos perder essa guerra. A alma da democracia está no voto. Seu João e dona Maria têm o direito de saber que seu voto foi contado", disse. (LP)